

# HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E IDENTIDADE NACIONAL: FERNAND BRAUDEL E O CASO FRANCÊS

GUILHERME RIBEIRO\*

---

## RESUMO

o objetivo deste artigo é discutir os aspectos historiográfico e político presentes no último livro do historiador francês Fernand Braudel: *L'Identité de la France* (1986). Utilizando o conceito de *longa duração*, Braudel constrói um discurso político ao redor da identidade francesa visando relativizar as contradições da história nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** identidade nacional; longa duração; história; historiografia; política .

## ABSTRACT

*The aim of this paper is to discuss the historiographical and political issues founds in the last book of the French historian Fernand Braudel: L'Identité de la France (1986). Using the concept of long run, Braudel constructs a political discourse around the French identity in order to relativize the contradictions of national history.*

**KEYWORDS:** national identity; long run; history; historiography; political.

---

## Introdução

Para aqueles que estão familiarizados com a trajetória das Ciências Humanas, a associação entre ciência histórica, tendências historiográficas e identidade nacional é mais que evidente. No último quartel do século XIX e início do século XX, os representantes da Escola Metódica lançaram-se numa verdadeira cruzada em nome de uma escrita histórica umbilicalmente comprometida com a pátria, a República e o território franceses — processo que, de uma forma ou de outra, já havia sido iniciado por historiadores românticos como Taine, Renan e Michelet no decorrer do XIX. A derrota para a Prússia em 1871, o drama da Comuna de Paris e a tragédia da 1ª Guerra Mundial forneceram os elementos empíricos necessários para que a produção e a massificação de um relato histórico nacionalista se constituísse numa das prioridades da III República. Deslocando-se no espaço e no tempo, observamos a formação e o envolvimento dos historiadores marxistas britânicos após 1945 em combater a ideologia do *status quo* presente na história do Reino Unido e, ao mesmo tempo, sua tentativa de reescrevê-la a partir da perspectiva dos trabalhadores, camponeses, mulheres e demais personagens tidos como marginais pela historiografia oficial.<sup>1</sup> Dialogando com Eric Hobsbawm,<sup>2</sup> podemos apontar que as correntes historiográficas nacionalistas (e os movimentos de mesma natureza que dela se apropriam) operam num plano atravessado do início ao fim pela ambiguidade: embora insistam em povoar a consciência nacional de história, forjando a criação de uma memória coletiva do passado através de manuais didáticos que exigem a memorização de datas e atores “importantes” e inventando a celebração de festas e feriados marcados por acontecimentos inesquecíveis para a Nação, tal operação só pôde (e só pode, já que o ufanismo histórico se faz presente em nossos dias) ser realizada senão através, conscientemente, de lacunas, negligências e malversação da própria história.

Todavia, quando menciona-se os *Annales*, somos imediatamente voltados a compreendê-los em franca oposição à Escola Metódica, tanto em

termos políticos quanto epistemológicos. Nesse sentido, é como se a questão nacional não fizesse parte da agenda de pesquisas de Febvre, Bloch e Braudel. O predomínio da História Econômica e Social em detrimento da História Política por eles promovido acabou sendo interpretado pela maioria como se a dimensão política dos *Annales* tivesse sido negligenciada — mesmo que um dos principais componentes metodológicos dos mesmos fosse a articulação passado-presente, o que por si só já deveria ser um poderoso indicativo do vínculo *annaliste* com as circunstâncias do tempo que os cercava. Noutra ocasião, expusemos o quanto Bloch e Febvre estavam, sim, comprometidos com as controvérsias políticas de então o primeiro decidiu engajar-se como militar durante a II Guerra Mundial,<sup>3</sup> foi contra a publicação da revista dos *Annales* durante a ocupação alemã na França e escreveu um livro (com o sugestivo título *L'Étrange Défaite* [A Estranha Derrota]) onde tentava entender, no calor da hora, as razões que levaram seu país a capitular diante dos alemães;<sup>4</sup> o segundo profere, logo após o fim da Guerra de 1914, uma conferência na Universidade de *Strasbourg* onde destaca que um dos papéis sociais do historiador é “trabalhar pela glória, grandeza e expansão de seu país”.<sup>5</sup> Fazendo juz ao que havia pregado há 11 anos, seu olhar sobre a Exposição Colonial de 1931 preferiu questionar a concepção histórica inscrita na mesma e enfatizar “o grande esforço de colonização da Europa”<sup>6</sup> do que aproveitar-se de seu periódico para denunciar os horrores causados pelo Impérios Francês, Britânico, Holandês... Assim sendo, se é verdade que os primeiros *Annales* não praticavam a história nacionalista, chauvinista e encerrada ao redor do Hexágono que caracterizava os Metódicos, nem por isso podemos afirmar que, politicamente, eles estavam em campos radicalmente distintos daqueles a quem se referiam, de modo irônico, como “historiadores historicizantes”. No que diz respeito ao posicionamento de tais correntes em relação ao Capitalismo e ao Colonialismo, ambas eram conservadoras.

O derradeiro livro de Braudel não deixa de inserir-se na esteira de *L'Étrange Défaite* e dos cursos que Febvre consagrara no *Collège de France* aos temas *honra e pátria* nos anos posteriores à II Guerra Mundial

(coincidência discutir tal assunto entre 1945 e 47, momento em que a honra da pátria tricolor estava notadamente abalada?)<sup>7</sup> *L'Identité de la France* pode perfeitamente ser inscrito naquilo que representa a tradição historiográfica por excelência: revisitar o passado histórico da terra natal. Em um campo de conhecimento que só adquire autonomia no século XIX a partir de uma estreita trama com o Estado, dificilmente a preocupação com a nação, o território e a política não seria em algum momento evidenciada.

Em oposição a Aymard e Romano, para quem o caráter inacabado do livro impossibilitaria uma apreciação criteriosa,<sup>8</sup> de imediato algumas inquietações nos acometem: como não ser atraído pela reflexão braudeliana sobre a França e seus dilemas sociais, culturais, econômicos e geopolíticos? Como não se interessar pela interpretação de Braudel acerca daquele que, sem dúvida alguma, foi um dos principais países responsáveis pela constituição da Modernidade enquanto projeto histórico e intelectual? Como deixar de lado o exame documental e as impressões daquele que foi o maior historiador de seu tempo, sobre uma nação cuja Revolução balançou o mundo todo no final do século XVIII e cujo Imperador conquistou praticamente toda a Europa no século XIX, sem contar o fato de que fora o segundo maior Império do globo nos séculos XIX e XX mas que, progressivamente, viu seu poder e prestígio esvaír-se no horizonte da segunda metade do XX?

Mesmo assim, pode-se admitir *L'Identité* como uma empreitada fora de moda e sem novidades às vésperas do final do milênio. Ou seguir exatamente o caminho oposto e sinalizar que sua problematização ao redor de tópicos como *identidade, cultura, espaço e fronteira* estaria no centro dos principais debates empíricos e teóricos que atrairiam as Ciências Humanas da década de 90 aos nossos dias. Gostaríamos de insistir sobre esse ponto, tentando iluminá-lo sob a forma de hipóteses e sugestões: Braudel parece antecipar, ainda que inconscientemente, os graves problemas territoriais e nacionais emergentes na Europa por ocasião da queda do Muro de Berlim e do fim do Socialismo. Sim; sua morte impediu-o de presenciar tais fenômenos, fenômenos que, com toda a certeza, impactariam o conteúdo dos

volumes posteriores de *L'Identité*. Afinal, não tratariam eles do destino da França e de sua inserção no panorama internacional?<sup>9</sup> De qualquer forma, quando o livro aparece ao público em 1986, a Europa vive uma conjuntura marcada por três aspectos entrecruzados e — à exceção do segundo — razoavelmente perceptíveis: (i) o neoliberalismo como modelo de política econômica a ser adotada, tendo como meta principal a diminuição do papel do Estado Nacional; (ii) o progressivo esfacelamento do Socialismo Real e, conseqüentemente, a incidência de uma série de conflitos nacionalistas na URSS, nos Bálcãs e no Leste Europeu; e (iii) o progressivo desenrolar da Globalização, colocando em xeque as identidades nacionais por todo o mundo.

Portanto, não haveria contexto histórico mais apropriado para que um historiador do porte de Braudel “arriscasse” promover uma avaliação sobre o passado, o presente e o futuro franceses. Beneficiados pela análise em retrospectiva, fica mais claro, hoje, tentarmos situar *L'Identité* dentro de dois contextos:

1. a relativa estabilidade territorial de uma Europa marcada pela Guerra Fria (dada pelo acordo que os espaços capitalista e socialista mantinham um frente ao outro no que tange a respeitar suas respectivas áreas de influência) e a política autoritarista e militarista de países como a Iugoslávia e a União Soviética (onde iugoslavos e russos mantinham subordinadas etnias tais como a dos sérvios, montenegrinos, lituanos e tchechenos e, conseqüentemente, garantiam a manutenção da integridade territorial de seus países, artificialmente edificadas após os acordos que desenharam o mapa geopolítico internacional uma vez findada a II Guerra Mundial) seriam inapelavelmente alteradas depois do fim do Mundo Bipolar;

2. depois da Descolonização, a França carecia de uma abordagem *historicista*, termo empregado aqui no sentido de identificar a necessidade de um discurso que enfatizasse e preservasse seu passado num mundo que caminhava para a edificação de uma Nova Ordem Mundial. Tal abordagem teria impactos não apenas no que concerne ao tempo, mas também ao espaço. Se levamos em consideração que a história contemporânea francesa

protagonizou — da expansão e decadência napoleônicas à perda da Alsácia-Lorena, da Comuna de Paris à ocupação alemã, dos movimentos separatistas regionais na *Corse*, *Bretagne* e *Occitanie* ao fim das colônias afro-asiáticas — uma sequência problemática de eventos cujos rebatimentos territoriais são mais que evidentes, publicar uma obra afirmativa em nome da identidade de um povo e de uma nação constitui capítulo intelectual importante no debate sobre as políticas identitárias que tomarão corpo na França e na Europa a partir da segunda metade da década de 80.

### **Identidade nacional e narrativa histórica: a manipulação da temporalidade**

Se nos anos 70 o patronato precisava do trabalho imigrante e em 1972 foi aprovada por unanimidade a lei que visava reprimir atos racistas e xenófobos, nos anos 80 a imigração e a identidade nacional tornaram a ser temas centrais nas falas da direita e da extrema-direita. Nesse contexto, para alguns, pode ser mera coincidência histórica. Para nós, no entanto, é algo que se assemelha ao que os alemães chamam de *Zeitgeist* (“espírito do tempo”). Estamos nos referindo ao fato de que exatamente no ano de 1985 vários seminários foram organizados em torno do tema “identidade da França”, chegando ao limite de ser criada a *Alliance générale contre le racisme et pour le respect de l'identité française* (AGRIF), numa total inversão dos termos da questão! Uma parte dos dirigentes do *Club de l'Horloge* (1974) — grupo de funcionários desejos em desenvolver pontes entre a direita e a extrema-direita — une-se ao *Front Nationale* e passa a publicar uma revista batizada sintomaticamente de *Identité*. Os jornais *Le Figaro* e *Valeurs actuelles* também insistem na ideia de que a identidade francesa estaria ameaçada, mas no que tange à participação da imprensa escrita quem se destaca mesmo é o *Figaro Magazine*. Em sua edição de 26 de outubro de 1985 (o encontro em *Châteauvallon*, onde Braudel também discorreu sobre o tema aqui examinado, ocorreu nos dias 18 a 20 de outubro,<sup>10</sup> o título, excessivo e temeroso, levantava a seguinte questão: *Serons-nous encore français dans trente ans?* (“Nós ainda seremos franceses

em 30 anos?”). Sondagens como as que queriam saber do impacto dos estrangeiros sobre a identidade francesa também ganhavam corpo.<sup>11</sup>

Olhando atentamente a relação entre identidade nacional e narrativa histórica, nota-se que existe tanto um “esquecimento” de parte do processo histórico quanto o imperativo de sua exacerbação. É uma operação atravessada do início ao fim pela ambiguidade. Afinal, imaginar que três décadas seriam suficientes para “pôr em risco” a identidade de um povo denota certa incompreensão de como foi operada a constituição das identidades nacionais. É bem verdade que, tratando-se de um dispositivo ideológico, ele precisa ser constantemente reativado. E é aqui que a proposta temporal braudeliana pode servir para tais fins, como um antídoto para os medos de uma parcela da população às voltas com o “perigo” imigrante: assentada na longa duração, a identidade francesa, se por acaso ameaçada e, um dia, batida, ela só o seria no interior de um processo multissecular. Destarte, seu último livro não somente reforçaria tal identidade, mas igualmente a defenderia contra a história dos eventos — superficial, instável e enganadora. Em franca discordância com Taine e Tocqueville, para quem a França começaria no século XVIII; com Zeldin, cujo livro *Histoire des passions françaises* localiza como data-chave 1848; e com o sociólogo e economista Fossaert, que afirma não haver relação alguma da Gália com a França, para Braudel esta deitaria suas raízes nos tempos do Império Romano. Segundo ele,

(...) o Antigo Regime, a Revolução Francesa, são todos fatos próximos, quase contemporâneos...<sup>12</sup> Estendemos a mão e podemos tocá-los. Ora, é toda a espessura do passado da França que deve ser posta *solidariamente* em questão, desde antes da conquista romana da Gália até hoje. (...) Como se a história não se estendesse até o princípio dos tempos, como se pré-história e história não constituíssem um único processo, como se as aldeias francesas não se enraizassem em seu solo desde o terceiro milênio antes de Cristo; como se a Gália não tivesse esboçado antes o espaço em que a França iria crescer; (...) como se, *em nosso sangue*, em nossa vida, a hematologia retrospectiva não revelasse a própria pista de longínquas ‘invasões bárbaras’; como se tanto as crenças quanto as línguas não viessem em nossa direção, dos séculos obscuros do mais longínquo passado... Ora, é precisamente esta história subjacente, obscura, *difícil de morrer*, que este livro se propõe, se possível, trazer à luz.<sup>13</sup>

O apelo por uma historiografia da longa duração, que ultrapassasse a fragilidade e a limitação do tempo curto, é absolutamente legítimo, bem como sua essencial contribuição enquanto instrumento de pesquisa em Ciências Humanas. Entretanto, isso não encobre o conteúdo político e os desdobramentos de uma interpretação desta natureza sobre a história da França. Hobsbawm se recorda do espanto que sentiu ao ver um livro batizado *Cinco mil anos de Paquistão* pois, na verdade, o nome “Paquistão” foi inventado por alguns militantes estudantis em 1932-33, tornou-se de fato um pleito político em 1940 e somente passou a existir enquanto Estado em 1947. Contudo, evocar uma temporalidade milenar soava muito melhor do que evocar uma história que, na realidade, não passava de meio século.<sup>14</sup> Ora; não estamos pisando no mesmo e insidioso terreno da manipulação e representação do passado? Afinal, vincular a França com a Gália é, em todos os sentidos, muito mais vantajoso do que começar no Antigo Regime ou na Revolução de 1789.

Por conta disso, a despeito das diferenças entre os *Annales* e a Escola Metódica no que concerne ao tempo e à epistemologia da ciência histórica, talvez possamos encontrar um denominador comum quando o horizonte das mudanças sociais entra em cena. Não me refiro a qualquer mudança, algo que ambas as correntes não denegam, mas sim àquelas que põem em xeque as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais do *status quo*. Parece-nos que as duas vêem o passado enquanto algo que não poderá ser drasticamente alterado e, conseqüentemente, as possibilidades de uma alternativa histórica face ao poder estabelecido serão sempre tragadas pelo peso das heranças de longo prazo.

De maneira geral, portanto, o presente não surge como o tempo do otimismo e da transformação, mas como o tempo do conformismo e da aceitação que deixa escapar parte de seu potencial ativo. O futuro? No futuro, a impressão que se tem é a de que o progresso sempre estaria subordinado à ordem pois, caso contrário, tornar-se-ia revolucionário (como que retomando a fórmula consagrada por Comte). No entanto, esta ordem não é mais dada pela Razão e pelo Estado, mas pela própria história, alçada à

Senhora incontestemente de todos os destinos — destinos que ela mesma, no passado, construiu. Se, antes, roubava-se o presente para projetar *no futuro* a esperança de dias melhores, a escrita histórica braudeliana lança *no passado* o devir das sociedades.<sup>15</sup> Estamos falando de um raciocínio “circular”, onde parece não haver saída ou rompimento histórico — esquema que, sob os nomes de historicismo, marxismo evolucionista ou positivismo, Benjamin investiu toda sua energia ao denunciá-los nas “Teses” de 1940.<sup>16</sup> A posição do historiador francês é a que se segue:

(...) não proponho, em nome da história hesitante que acaba de se desenrolar ou ainda está se desenrolando diante de nossos olhos, *soluções* para os problemas que nos afligem. Não sou nem político, responsável político ou moralista. Se a decisão estivesse nas minhas mãos, sei que entre aquilo que seria necessário fazer e aquilo que as circunstâncias me *permitiriam fazer* (muitas vezes quase nada), há enormes distâncias. A França, infelizmente, estará sujeita ao seu destino mais do que irá construí-lo. Lamento por isso, antecipadamente.<sup>17</sup>

Portanto, se não há muita coisa a fazer *no presente*, cabe aos historiadores a compreensão mais ampliada possível acerca do *passado* — o *futuro* não sendo outra coisa senão os desdobramentos das estruturas de longa duração. Daí a relevância de um exame profundo ao redor da identidade, ou seja, daquilo que é específico a uma nação, povo ou grupo social. Se essa identidade é histórica e se história é menos aquilo que muda e mais aquilo que permanece, chega-se à conclusão de que a identidade, a nação e o território franceses resistirão às intempéries provocadas por acontecimentos (no sentido do tempo curto) tais como migrações, guerras ou separatismos regionais. Tais aspectos, se não estão livres de serem tocados pelos eventos, terão, no entanto, suas integridades preservadas e mantidas graças ao fato de serem traços estruturais e, portanto, resistirem às contradições de toda espécie.

De sua atração pela história densa de sua pátria nascia a ambiguidade do título em tela (como ele mesmo reconhece). E, embora rejeitasse a ingenuidade de reflexões que tomassem a França a partir de uma única imagem ou relato, bem como a procura por uma essência francesa,<sup>18</sup> nem por

isso deixou de perscrutar sua identidade — espectro que só pode ser legitimado a partir da constatação da existência da *diferença*, diferença que, no caso de uma nação, diz respeito, simultaneamente, àquilo que é interno (os não-franceses) e externo (as demais nações, mas não todas as nações e sim, principalmente, as fronteiriças e/ou aquelas com as quais já ocorreu alguma disputa). Logo,

o que entender por identidade da França? O que senão uma espécie de superlativo, uma problemática central, uma tomada em suas próprias mãos da França por ela mesma, o resultado vívido daquilo que o passado interminável depositou pacientemente, em camadas sucessivas, tal qual o imperceptível depósito de sedimentos marinhos que cria, por força da duração, as bases poderosas da crosta terrestre? Em suma, um resíduo, um amálgama, adições, misturas. Um processo, um combate contra si mesmo, destinado a se perpetuar. Se ele se interrompesse, tudo desmoronaria. Uma nação só pode *ser* em troca da busca sem fim de si mesma; do seu transformar-se no sentido de sua evolução lógica; de se opor a outrem sem fraquejar; de se identificar ao melhor, ao essencial de si mesma; conseqüentemente, de se reconhecer diante de imagens de marca, de senhas conhecidas por iniciados (sejam eles uma elite ou então toda a massa do país, o que nem sempre ocorre). Reconhecer-se em mil testes, crenças, discursos, álibis, vasto inconsciente sem margens, obscuras confluências, ideologias, mitos, fantasmas... Além disso, toda identidade nacional implica, forçosamente, uma certa unidade nacional, ela é como que seu reflexo, sua transposição, sua condição.<sup>19</sup>

Ainda que o historiador loreno quisesse aproximar-se da história da França de maneira neutra e isenta de julgamentos de valor, como livrar-se de tais noções ao debruçar-se sobre o espaço nacional e circunscrevê-lo, justamente, a partir da artilosa noção de identidade? Se a tentativa de resguardar-se das emoções<sup>20</sup> — numa tradição intelectual proveniente de Descartes e, mais recentemente, de Weber — foi facilitada em seus estudos anteriores sobre o Mediterrâneo e o capitalismo (como ele mesmo pensa), ele acabou sendo traído não somente pela escolha do objeto em si, mas também quando sugere, nas entrelinhas, que os mais capacitados a interpretar a nação são seus próprios filhos — declaração no mínimo estranha para quem passou a vida estudando espaços estrangeiros.

(...) De fato, o historiador só está bem apoiado quando se trata da história de seu próprio país, compreendendo quase instintivamente

seus desvios, meandros, originalidades e fraquezas. Por mais erudito que seja, jamais disporá de tais recursos quando se hospeda em terras alheias”. Em todo caso, se a defesa da neutralidade do sujeito em pleno final do século XX pode surpreender a alguns — sobretudo quando se trata de uma corrente que tanto contribuiu para a renovação teórico-metodológica da História —, esta é uma prerrogativa de pesquisa que acompanha Braudel desde antes de *La Méditerranée*. O fato de estar em um cativo e em meio à II Guerra Mundial não o impele ao engajamento. Ao contrário, sua atitude é a de grifar que “como aos físicos, uma atitude científica se impõe a nós, historiadores: observar sem paixão, concluir sem tomar partido prévio, fazer abstração de nossas paixões, cálculos, posições morais e sociais. O historiador não tem que julgar, mas explicar e compreender.”<sup>21</sup>

Reunindo as peças de um quebra-cabeças não muito fácil de montar, quais os vínculos que podemos estabelecer entre a defesa da isenção científica, a ênfase na temporalidade da longa duração e a opção pelo tema da identidade francesa? Vejamos: o primeiro é uma “escolta”, um “escudo” a justificar e legitimar uma determinada pesquisa sobre qualquer objeto dado. Assim, o assunto “identidade da França” deixa de ser um problema a ser resolvido por um país que, do Colonialismo à Descolonização, viveu (e vive) às voltas com as questões racial, étnica e imigratória, e passa a ser meramente um tópico de interesse científico por parte dos historiadores e demais cientistas sociais. A seu turno, a longa duração é uma espécie de blindagem, uma capa que revestiria a França e os franceses das aflições de um continente repleto de vizinhos nem sempre muito confiáveis e amistosos. A história de longo prazo seria o “núcleo duro” a salvaguardar o Hexágono: todos os eventos que viessem a questioná-lo deveriam ser vistos de forma “positiva” e ressitoados no plano de uma França arquitetada sob os auspícios da *longue durée*. As derrotas cruéis, porém rápidas, não seriam capazes de abalar a densidade e a profundidade de uma história multissecular: “Em verdade, qual de nós, franceses, não se questionou, não se questiona, a respeito de nosso país, na hora atual, e muito mais ainda nas trágicas horas que nosso destino atravessou sem parar, ao longo de sua estrada? Tais catástrofes constituem, a cada vez, para nós, vastos dilaceramentos da história, tal como em nossas viagens aéreas de hoje encontramos esses

vácuos, esses espaços bruscos de luz na espessura das nuvens, no fundo dos quais percebemos a terra. Catástrofes abertas, abismos, poços de triste luz, nossa história está repleta de tudo isso: para não recuarmos demasiado longe no passado, é 1815, é 1871, é 1914... É 1940, quando dobram os sinos, uma segunda vez, para nós, ao redor de Sedan; quando se trava, na inaudita desordem da derrota, o drama de Dunquerque... É verdade que tais monstruosas feridas cicatrizam com o tempo, se apagam, são esquecidas — essa é a imperiosa regra de toda vida coletiva: uma nação não é um indivíduo, não é uma ‘pessoa’”.<sup>22</sup>

A linguagem “espiritualista” desta passagem e as metáforas organicistas utilizadas em toda sua obra dão o tom de uma história que deseja evadir-se das mudanças causadas pelo tempo dos eventos. Sempre vimos com estranheza o fato de Braudel associar a longa duração com a posição do “Deus Pai”, como se o tempo longo estivesse acima e além de todas as coisas.<sup>23</sup> Mais estranho ainda é saber que tal associação foi feita exatamente durante sua clausura na prisão alemã!<sup>24</sup> Ora; como explicar o “ensurdecedor” silêncio de nosso investigado diante do fenômeno nazista, mesmo sabendo que ele, a França e os *Annales* (Bloch morre fuzilado por Klaus Barbie!) sofreram na pele os dramas perpetrados pelo III Reich?<sup>25</sup> De tudo isso, a consideração capital a ser levantada situa-se no fato de que uma discussão em torno do tempo não pode limitar-se aos aspectos teórico-metodológicos, mas sim fazer emergir dos mesmos sua dimensão política. Ainda que Reis demarque a evasão *afetiva, intelectual e filosófica-humana* contida na representação do tempo histórico *annaliste*,<sup>26</sup> o que interessa para nós é quando ele reconhece que os *Annales* declinam diante da ideia de revolução e as consequências dela resultantes.<sup>27</sup> A seguir este raciocínio, é mister problematizar em que medida o privilégio dado às estruturas foi o fator determinante na leitura de Braudel para com determinados momentos cruciais da história (e do futuro) do século XX, como a Revolução Russa, a II Guerra Mundial, o maio de 68 e a Descolonização. Nesse particular, os artigos do início dos anos 80 que ele escreve para o *Corriere de la Sera* são muito representativos, visto que mostram com clareza meridiana o calibre

político da *longue durée*. Mais à vontade para expressar suas inclinações escrevendo num jornal (ainda por cima em um jornal estrangeiro), a apologia a esta dimensão temporal significa, entre outros desdobramentos, minimizar o papel do maio de 68 (enquanto tentativa de mudança social e não como fenômeno cultural) e sugerir a impossibilidade de uma sociedade igualitária.

Em um comentário de um filme na França desse período, Braudel manifesta-se da seguinte forma:

Trata-se da revolução de 68 — uma revolução plena, na minha opinião. O autor do filme, Romain Goupil, um cineasta que fora esquerdista entusiasta, revolucionário cem por cento, reúne hoje suas imagens de ontem. Ele volta ao passado por ocasião do suicídio recente de um de seus companheiros de luta. Cerca de quinze anos depois, ele se revê, se reconhece, sofre ao se reconhecer. Revive a aventura com olhos desenganados. Não que renegue seus sentimentos, seu ideal de ontem. Mas julga os atores, seus métodos. Acaso eles — ele e os outros — não denunciaram o ‘poder’ para tomá-lo, visaram a hierarquia não para pôr tudo água abaixo, mas para subir, eles próprios, seus degraus? *Tudo isso numa inconsciência total. O poder, uma armadilha de longa duração. A revolução, uma crise que fervilha, só que, com demasiada frequência, no tempo curto. Um pouco de paciência ela passa...*<sup>28</sup>

No que concerne à utopia de uma sociedade sem classes, sua posição sustenta que

(...) a permanência mais importante, aos olhos do historiador, é provavelmente a insistência com que toda sociedade permanece hierarquizada (...). O social, o histórico, o cultural, o econômico, o político sempre têm certa espessura; todos eles admitem clivagens, processos e destinos diferentes, conforme os estágios. Surgem todas as revoluções, todas as rupturas que vocês podem imaginar, todos os cataclismos, cujo registro a história mantém; no fim das contas, uma *hierarquia* se constitui, emerge de novo (...). Jean Paul-Sartre, por quem tenho grande admiração, sonhava com uma sociedade horizontal, em que nenhum homem não sobrancearia seu vizinho e, sobretudo, não o dominaria. Tal sociedade, cuja imagem não pode deixar de ser agradável, é provavelmente impossível. Em todo caso, os historiadores e demais especialistas da vida dos homens nunca viram ou perceberam semelhante espetáculo” De maneira ampla, não seriam os homens os protagonistas da História, mas sim seus meros coadjuvantes. É mister passar novamente a palavra a Braudel: “Mas, ao lado do tempo que passa, há o tempo que permanece, esse passado profundo no qual, sem que de ordinário saibamos, nossa vida se

envisca. Herdamos uma água profunda, na qual navegamos mal, às cegas. Essa superfície da história nos é propícia, sem dúvida. *Nela, cremo-nos livres, e a liberdade é, no essencial, a feliz ilusão de ser livre, de pensar que ‘o homem faz a história’ quando a recíproca — ‘a história faz o homem’ — é, infelizmente, mais verdadeira*”.<sup>29</sup>

## **A construção da identidade francesa e a longa duração**

É munido desses referenciais que o autor em tela investigará a identidade da França. Ora; a História pode tanto servir como consciência crítica acerca de que as nações são espaços e redes sociais artificiais quanto corroborar para que elas sejam vistas e assimiladas no plano de um passado engessado e multissecular, reconhecendo um “nós” fechado ou parcialmente fechado (em termos sociais, culturais e territoriais) e um “eles” estrangeiro (ameaçadores ou não, pacíficos ou não, mas sempre tidos como os “outros”)<sup>30</sup>. Não menos importante é constatar que *L’Identité de la France* tornou-se um *best seller*, vendendo mais de 230 mil exemplares do primeiro tomo e mais de 150 mil do segundo.<sup>31</sup> A ampla aceitação dos leitores franceses (e tais números mostram que não estamos falando do sempre restrito círculo acadêmico) não desvenda a predisposição dos mesmos em aderir a um “sermão” desse tipo? Além disso, na França da virada dos anos 80, o debate girava em torno do ensino de História, da dissolução da memória nacional e da perda dos grandes referenciais, fazendo com que os historiadores se voltassem aos temas nacionais.<sup>32</sup> Ou seja, o livro encaixou-se como uma luva!

Eis sua relevância. Deliberadamente ou não, ele é um projeto que convida os franceses a repensarem sua história enquanto povo e enquanto pátria. Após ter vivenciado as agruras do século XX, o maior historiador de sua geração se volta para um passado “mais-que-profundo” em busca dos elementos que moldaram a identidade de seu país. E a condição de obra incompleta não seria um incentivo a mais para que outros dessem continuidade a tal plano? Em 1983, recolhendo e respondendo tais angústias, Braudel apregoava:

Quem negará o papel violento da história? Certo, ela não deve perder-se na fabricação de um nacionalismo sempre criticável, nem absorver-se unicamente num humanismo que tem minhas preferências. *O grande problema é que a história constitui o ingrediente sem o qual nenhuma consciência nacional é viável.* E, sem essa consciência, não pode haver cultura original, verdadeira civilização, não mais na França que na Itália.<sup>33</sup>

Ressalte-se: não estamos mais no clima de revanchismo que caracterizou os anos posteriores à derrota contra a Prússia e que incitaria os ânimos em prol da I Guerra Mundial. O fetiche que marcava as pesquisas históricas no final do século XIX em torno do Estado Nacional também já havia sido removido. Entretanto, o que não se pode negar e nem tampouco negligenciar é que a leitura braudeliana ao redor da identidade, da nação e da longa duração pertence, sobretudo, ao domínio *político* no qual a produção e a representação do discurso históricos estão ligadas. *L'Identité* se apresenta, assim, como o reencontro dos franceses com sua consciência histórica perdida (e fragmentada) após a morte de De Gaulle, os eventos de maio de 68, a Guerra da Argélia, a Descolonização e as propostas de implementação da União Europeia — onde, inevitavelmente, as dúvidas em torno do papel político e geopolítico a ser jogado pela França pairavam no ar. Em um período em que os Estados-Nação estão sendo questionados, ou seja, onde a política demonstra sinais de fragilidade e insegurança junto à sociedade, a identidade da França encontrará seu porto seguro na língua, no solo e na cultura. Eis os temas privilegiados por Braudel no texto supracitado. Sua ênfase não se situa no tempo “acontecimental”, mas nos aspectos sólidos e duráveis da vida social. Assim sendo, *L'Identité não é o grito inicial ou individual de um historiador apaixonado pela França, mas o eco otimista geral que se pode ouvir em alto e bom som quando a palavra não é dada nem ao presente e nem proferida em nome do futuro, mas sim em reverência ao passado.*

Ao ser perguntado sobre seu ceticismo para com a noção de decadência, replicou Braudel em sua última aparição pública:

Existe a decadência de Veneza, a decadência da Europa, a decadência da Espanha, todo tipo de decadências. Na *decadência da Europa, na*

*da França, não acredito. (...) Eu não deveria, mas digo com toda a sinceridade: tenho a nostalgia da grandeza da França. Não é sensato! Vivi na África do Norte com uma satisfação extraordinária. Quando estava na América Latina — mal chegava aos 30 anos —, fazendo uma conferência em São Paulo, eu enchia o teatro. Tudo o que cerca o general de Gaulle é essa nostalgia da grandeza da França e que desapareceu do seu horizonte. O general de Gaulle nos permitiu, de certo modo, alguns anos de ilusão. Não percebemos que a França não era mais o centro do mundo. Mas não ser mais o centro do mundo não significa que estejamos em decadência.*<sup>34</sup>

Como *estrutura*, o passado antepara não só a França, mas o Velho Continente como um todo. Tratam-se de espaços maciços e densos onde uma espessura de longa duração vive por zelá-los. Todavia, Braudel retrata sua nostalgia para com a grandeza francesa — bem como em relação ao seu passado camponês.<sup>35</sup> Haverá então algum antídoto para combater tal padecimento? A resposta é simples: pôr em prática não uma história “trágica, dramática e passional” dos eventos, mas uma história “tranquila, lenta e neutra” das estruturas de longa duração. Deste modo, se a França não é o centro do mundo (já o fora alguma vez? Não é o próprio Braudel que repete inúmeras vezes que a França nunca foi o núcleo dominante de uma economia-mundo?), nem por isso ela está (estará algum dia?) em decadência. Seu passado longínquo estará sempre à disposição para confortá-la.<sup>36</sup>

A língua é uma dessas estruturas. Mesmo que Braudel tenha declarado ser a favor da imigração e ter rejeitado o nacionalismo que outrora lhe acometia,<sup>37</sup> o *francês* não deixava de ser um instrumento de afirmação da identidade nacional:

Considero, por exemplo, que uma das vitórias da França depois de 1945 foi ter retomado em seu coração e em seus braços toda a Polônia intelectual. A ‘École de Hautes Études’ (...) recebeu mais de um milhar de bolsistas poloneses entre 1958 e 1980. Re-ensinamos o francês a toda a elite polonesa, a tal ponto que algumas teses na Polônia são defendidas em francês. (...) Também há sucessos fantásticos com a imigração norte-africana, principalmente argelina. A Argélia, que permanece ligada à língua francesa, é uma das chances fabulosas da França; e a França não percebe, não quer pagar o preço. Há escritores de língua francesa que são argelinos ou norte-africanos e têm um talento extraordinário.<sup>38</sup>

Ora; seria a língua apenas um canal por onde são transmitidas as ideias? Ou, antes, um instrumento valorativo e representativo do poder e da autoridade que uma cultura pode ter diante da outra? Há que se mencionar que, embora num primeiro momento a língua francesa possa parecer uma estrutura multissecular, como se existisse na boca e na escrita de todos os franceses desde tempos imemoriais, na verdade o ensino público da mesma é bastante recente: como uma maneira de fortalecer a unidade de um território marcado de Norte a Sul por uma variedade de *patois*, é somente no último quartel do século XIX que ela passa a ter o *status* de idioma oficial. Além disso, Braudel parece não lembrar que, no que toca à Argélia, o que ocorreu não foi nem a necessidade de aprender uma língua estrangeira para melhor inserção internacional (o caso do Japão com o inglês, p.ex.), nem a influência intelectual que uma cultura pode exercer face a outra (a adoção do francês como língua culta por boa parte da elite brasileira do século XIX à primeira metade do século XX), mas a realidade nua e crua de que a língua francesa não foi uma opção, mas uma *imposição* a argelinos, marroquinos, vietnamitas e todos os demais povos colonizados pelo Império Francês!<sup>39</sup>

Ainda sobre o Colonialismo, não é de surpreender que, num livro onde o espaço assume posição capital na história da França, não haja um único capítulo sobre o tema? Aliás, a palavra nem sequer é mencionada nos índices de seus três volumes. Afinal, não estamos falando de um historiador qualquer, mas sim de um historiador dos grandes espaços, da articulação entre as escalas e das variações territoriais da economia mundial. Esse é um indício que não pode ser menosprezado. Outra pista é quando Braudel se comove com a situação dos *harkis*, soldados muçulmanos que serviram ao exército francês na Guerra da Argélia. De nada lhes serve, no entanto, a posse da nacionalidade francesa, já que as pensões pagas pelo governo deste país são assaz insuficientes, sofrem discriminação por parte dos imigrantes argelinos que trabalham no Hexágono e o retorno à Argélia é impossível.<sup>40</sup> Em contrapartida, pergunta ele, “Mas será a França a única culpada? Como sempre, os erros cabem a ambos. Assim é que esses magrebinos que *o acaso*

*fez viverem na França* por demasiado tempo, e que nela adquiriram hábitos, mais ainda os que nela nasceram, não são todos mal recebidos quando regressam à terra natal, a título provisório ou definitivo?”.<sup>41</sup> “O acaso fez viverem na França?”. Braudel parece, novamente, esquecer o Colonialismo e mais de um século de ocupação francesa na Argélia. A argumentação utilizada para tentar relativizar a responsabilidade de seu país não vai além de elencar alguns casos em que argelinos encontram dificuldades em serem aceitos por seus pares e em retornarem ao modo de vida, à cultura e à língua de seus pais e avós. Ou seja, o historiador francês toma as consequências dos problemas acarretados pelo Colonialismo como se eles fossem as causas de tais dificuldades.<sup>42</sup>

De qualquer maneira, a escrita histórica braudeliana não o redime a todo instante, independente do processo histórico em discussão?

Evidentemente, há quebras, rupturas, mas elas nunca são de magnitude tal que com elas a história toda possa ser cortada em dois. A história de longa duração é desse modo uma espécie de referência, em relação à qual *todo destino não se julga, mas se situa e se explica*. É a possibilidade, se eu não estiver enganado, de distinguir o essencial e o acessório. É tomar uma medida inabitual da França e com ela constituir o estofa da história. É aceder àquilo que ‘pode’ ser a sua identidade. Afinal, ela torna a colocar, a um só tempo, todos os velhos problemas, esta história vinda de longe, e que ainda durante muito tempo irá se propagar por encostas que mal chegam a ser declives. *Ela não limita (não digo suprime) e um só tempo a liberdade e a responsabilidade dos homens? Por que eles não fazem a História; é sobretudo a História que os faz, e com isto os inocenta*.<sup>43</sup>

É assim que a Europa é igualmente reabilitada,<sup>44</sup> e elementos como a “descoberta” da América, massacre de indígenas, devastação do meio ambiente, imposição de valores culturais e destruição das civilizações pré-colombianas devem ser relativizados. Sim, pois em 1800 seu nível de vida mal supera o das grandes regiões mundiais. O grande diferencial residiria na Revolução Industrial, fenômeno tributário não da pilhagem do ouro e da prata, da exploração do trabalho escravo africano e do saque colonial — daquilo que, de modo amplo, Marx classificou como “acumulação primitiva de capital”,<sup>45</sup> — mas sobretudo do desenvolvimento endógeno daquele

continente. Ou, em última palavra, da sabedoria multissecular do campesinato. Dessa vez, o historiador dos grandes espaços, da articulação escalar e das múltiplas redes tecidas ao redor do globo cede lugar a um viés inequivocamente eurocêntrico da Modernidade, negligenciando por completo sua face complementar e indissociável: a Colonialidade.<sup>46</sup> Não podemos deixar de reproduzir integralmente suas palavras:

Eu acredito que nós temos tendência a pensar que a Europa, exploradora do mundo dos pobres, dos menos desenvolvidos, teve uma posição privilegiada. Que ela viveu desses privilégios, dessas vantagens, que ela auferiu deles a sua grandeza. Não digo que, em linhas gerais, a explicação não seja exata. Mas é necessário matizá-la. A expansão europeia, iniciada com as Cruzadas, retomada com os Grandes Descobrimentos, não resultou em uma exploração sistemática e maciça de um dia para o outro.

As migrações de homens para fora da Europa foram por muito tempo insignificantes. Mais ainda, se os cálculos de Paul Bairoch são exatos, e penso que são, o nível de vida da Europa, ainda em 1800, mal ultrapassa o das grandes regiões do mundo — da China, por exemplo. É somente com a indústria triunfante que a Europa explode, obtém para si um futuro privilegiado. *Ora, a Revolução Industrial é fruto de uma transformação múltipla e tardia da economia, da técnica, da sociedade e também de uma agricultura cada vez mais engenhosa e eficaz; progresso primordial, que muitos países do Terceiro Mundo demoram em realizar ainda hoje em dia, pois ele repousa sobre o esforço e o saber acumulado de gerações e gerações de camponeses. O que vale dizer, em síntese, que a Europa e a França, dentro dela, tiveram que tirar de si mesmas a sua lenta progressão. A moral ganha pouco com essa retificação. Houve êxito, esforço sobre si mesmo.*<sup>47</sup>

Portanto, todos estão inocentados (aliás, nem cabe julgamento): o Império Colonial francês, o *Front Populaire*, Le Pen, seus eleitores... Que a afirmação de que a história perpetrada por Braudel é uma história sem sujeitos não passa de um exame disparatado daqueles que pouco leram e menos ainda compreenderam a escrita histórica braudeliiana, não resta dúvidas. No entanto, que a história da longa duração tal como ele a concebe é uma história sem responsabilidades ou, pelo menos, onde as responsabilidades devem ser compartilhadas entre todas as civilizações, isso é inegável. Braudel e a *longue durée* — tão somente no plano das aparências — não denunciam nada; não se engajam e nem se comprometem.

Entretanto, como acontece com as operações de caráter ideológico, elas sempre são impregnadas de contradições. Quando de seu estudo global sobre o capitalismo, mesmo que Braudel também se apoiasse nos números de Bairoch para, de certa forma, “homogeneizar” a situação econômica da Europa face a outros espaços, ele não conseguiu recusar a Revolução Industrial como momento capital para que a Europa ocupasse papel de centro do mundo e para que desigualdade entre as nações fosse brutalmente aprofundada. Tal processo foi assim descrito em *Le Temps du Monde*:

Mas essa revolução não foi apenas um instrumento de desenvolvimento em si. Foi um instrumento de *dominação* e de *destruição* dos concorrentes internacionais. Ao mecanizar-se, a indústria da Europa tornou-se capaz de erradicar a indústria tradicional das outras nações. O abismo cavado então não podia deixar de se ampliar depois. A imagem da história do mundo de 1400 ou de 1450 a 1850-1950 é a de uma igualdade antiga que se rompe sob o efeito de uma distorção multissecular, iniciada no fim do século XV. Tudo é secundário em relação a essa linha dominante.<sup>48</sup>

De fato, as preocupações com a França sempre estiveram presentes na trajetória de nosso investigado. Na década de 20, sua pesquisa de mestrado concentrou-se na pequena cidade de *Bar-le-Duc* durante os três primeiros anos da Revolução Francesa; na docência na USP nos anos 30 e nos derradeiros cursos ministrados no *Collège de France*; em sua tese de doutorado, ao examinar as civilizações mediterrâneas; em *Civilisation Matérielle*, quando discute seus caminhos e descaminhos econômicos; nos anos 70 e 80, na co-direção (ao lado de Labrousse) da obra coletiva *Histoire économique et sociale de France*; e na intenção não-realizada de escrever sobre *Luméville-en-Ornois*, sua aldeia natal. Portanto, não se trata de um desvio de pesquisas onde *L'Identité* teria “quebrado o molde”.<sup>49</sup> De todo modo, uma das razões que o impeliu a explorar pormenorizadamente a história da França reside em suas experiências estrangeiras no norte da África, Brasil, Itália, Espanha e Alemanha. Evidentemente, ele mantém um tributo para com as mesmas, visto que provocaram uma abertura em seu pensamento. Todavia, elas também deixaram um vazio, uma sensação de omissão no cidadão Fernand Braudel:

No fim de minha existência, tenho o sentimento de não ter sido leal para com o meu país. De modo que, por complexo de culpa ou para me liberar de uma espécie de dívida, lancei-me na *Histoire de France*.<sup>50</sup>

Essa dívida não está ligada apenas ao sentimento de lealdade. Ela pode estar entrelaçada a algo tão ou mais profundo quanto este: a memória. Assim, *L'Identité de la France* era a última oportunidade de Braudel em reconciliar-se com suas memórias, com suas lembranças nostálgicas de um país agrário e rural — em franco distanciamento com a capital Paris, que nunca lhe fora muito aprazível.<sup>51</sup> A concordar com esta elaboração, qual o significado pessoal de *L'Identité*? Ora; esta empreitada se apresentava como a chance de reunir a dispersão própria da *memória* e transformá-la em *história*. Diferente do pensamento de Nora, para quem a memória e a história estariam localizadas em campos distintos (com esta suspeitando daquela,<sup>52</sup> Braudel dedica seu último livro à sua avó e incorpora suas reminiscências como testemunho de um processo histórico mais amplo que ele só compreenderia anos mais tarde).

### **Conclusão: a identidade da França como defesa da ciência histórica**

Claro está que a declaração de engajamento anteriormente citada não pode ser deixada de lado. Igualmente, ressaltar a novidade em aplicar a longa duração e outros avanços historiográficos ao espaço nacional francês não deve subestimar o espectro *político* da concepção temporal braudeliana. Após averiguar atentamente o pensamento de Braudel, associando algumas de suas interpretações históricas à adoção da perspectiva do longo prazo, Reis conclui que trata-se de um intelectual conservador, eurocêntrico e pró-capitalista.<sup>53</sup> Eis uma posição que, certamente, encontraria alguns opositores. Todavia, acaso um viés “adesionista”<sup>54</sup> seria mais prudente e, sobretudo, mais profícuo em termos interpretativos? Estamos certos que não. Além disso, a problematização contida no último livro de Braudel admite, ao nosso ver, uma face bastante sutil. Ela retoma uma das polêmicas travadas pelos *Annales* desde sua gênese: examinar a identidade da França através da longa

duração significava, em seu íntimo, reforçar e sancionar a hegemonia da História no âmbito das demais Ciências Humanas. Se é verdade que após a morte de De Gaulle o papel da França nos cenários europeu e internacional inspirava dúvidas e inquietações, as décadas de prosperidade econômica ocasionadas pelo *welfare-state*, as tensões étnicas mantidas sob relativo controle e as expectativas em torno da vitória de Mitterrand desenhavam um cenário onde as coisas pareciam rumar na direção certa. Todavia, esta situação contrastava visivelmente com os ataques sofridos pela História a partir da década de 60: as críticas ao paradigma cartesiano-newtoniano atingiram-na em cheio, pondo em xeque a veracidade das fontes e a legitimidade de uma prática que pretendia resgatar o passado, ao mesmo tempo em que pregavam a equivalência epistemológica entre texto histórico e texto literário.<sup>55</sup> Evidentemente, as consequências políticas desse debate não passaram despercebidas — sobretudo à esquerda, que reagiu ferozmente tanto às invectivas pós-modernas<sup>56</sup> quanto ao explícito “fim da história” bradado após a queda do muro de Berlim e o fim do Socialismo Real.<sup>57</sup>

Por incrível que pareça, até onde nos foi permitido saber, Braudel não se manifesta a respeito... Ou não? Ou, em oposição a este viés, poderíamos acolher *L'Identité de la France* como sua resposta empírica e epistemológica à maior crise sofrida pela ciência da História desde sua institucionalização? Afinal, o que está em questão é uma reorganização das disciplinas ou, para ser mais exato, uma ampla interrogação em torno da própria noção de disciplina. No momento em que as fronteiras entre os campos de conhecimento estão sendo redefinidas não em nome da fixidez, mas em nome da mobilidade,<sup>58</sup> o que dizer de uma estratégia que prega a longa duração do conhecimento histórico e sua extensão por todas as esferas da vida social? Reproduzindo sua argumentação:

(...) o ofício de historiador mudou tão profundamente no decorrer deste último meio século que as imagens e os problemas do passado se modificaram por si mesmos, inteiramente. Forçosamente, eles se recolocam, mas em novos termos: valeria então a pena saber onde nos encontramos. Tanto mais que, sendo o passado ensino e componente ativo em nossa vida, definir o passado da França significa situar os

franceses em sua própria existência. ‘Seria preciso’, escreve-me um de meus amigos historiadores, ‘fazer nossa história sair das paredes — eu deveria dizer das mulharas — em que tantos outros a encerraram’. Essa abertura revolucionária, que no mais das vezes é um questionamento brutal, é consequência, em primeiro lugar, *da intrusão, dentro do domínio mal vigiado da história das diversas ciências do homem*: geografia, economia política, demografia, politologia ou ciência política, antropologia, etnologia, psicologia social, estudo das culturas, sociologia... A história produziu para si própria uma multiplicidade de luzes; aceitou um cortejo de interrogações novas. A dificuldade estando no fato (do qual nem sempre os historiadores se apercebem) de que nenhuma dessas iluminações deveria ser deixada de lado. Ainda que, na prática, nenhum de nós seja capaz dessa proeza, eis-nos na obrigação de falarmos em globalidade, em ‘totalização histórica’, de afirmarmos que ‘a história total é a única história verdadeira’ ou, como já dizia Michelet, que ‘tudo é solidário com tudo, tudo está mesclado em tudo’.<sup>59</sup>

Dito isso, constata-se que *investir numa pesquisa acerca da identidade da França é o caminho mais curto* (mais do que as querelas teóricas) *e socialmente aceito* (a maioria concordará com uma visão positiva sobre seus países) *para preservar a identidade da própria História-disciplina*. Dessa forma, o apelo de Braudel é duplo: em direção aos franceses, visando estabelecê-los enquanto grupo humano distinto no tempo; em direção aos historiadores, impelindo-os a vigiar o ataque das invasoras ciências humanas. Ironicamente, dupla também é a contradição: Braudel passou a vida inteira se apropriando das demais ciências, a ponto mesmo de alguns defenderem que sua maior herança intelectual é a interdisciplinaridade;<sup>60</sup> após ter admitido que a História se encontrava em franco atraso diante dos demais campos de conhecimento, a saída encontrada pelos *Annales* não foi outra senão a apropriação de métodos, conceitos e matérias provenientes, entre outros, da Geografia, Sociologia, Psicologia<sup>61</sup> — disciplinas que, agora, são vistas como intrusas! Assim, o que podemos concluir, senão que as identidades corporativas inscritas na Ciência Moderna se confundem com as identidades nacionais da Modernidade?

É ao reforçar estas últimas que o livro supracitado torna-se alvo de críticas por parte de alguns. Noiriel anota que a temática da identidade

nacional francesa foi desenvolvida por Braudel sem estar associada à questão da imigração, bem como destaca os imediatos benefícios políticos extraídos pelos partidos de direita nas eleições legislativas de março de 1986.<sup>62</sup> A seu turno, Zeldin evoca a fragmentação e a dispersão dos indivíduos nas sociedades modernas, onde cada um pode ter o estilo de vida que deseja, como prova dos desacertos contidos na proposta de *L'Identité*.<sup>63</sup> Já o historiador britânico Perry Anderson toma *L'Identité* como alibi para denunciar a ideologia contida em certas obras devotadas ao caráter, cultura e identidade nacionais na França, Reino Unido, Alemanha e Itália — e, nas entrelinhas, interpelar em seu âmago a noção de uma Europa em vias de unificação. Além disso, ele constata que, num estudo dedicado à identidade da França, Braudel não explorou o imediato contexto europeu, comprometendo sobremaneira seu objetivo de esquadrihar aquilo que seria especificamente francês. De qualquer maneira, seguindo esse intuito, Braudel teria reconhecido dois aspectos: a diversidade natural, com a diversidade regional significando abundância material e cultural; e a mais densa e antiga ocupação populacional do continente. Daí o diálogo com Jean Guilaine, que em *La France d'avant la France* propõe a existência de uma “civilização neolítica nacional”. Anderson rechaça a ambos: do primeiro, afirma que a narrativa que ressalta a diversidade da natureza é uma tradição intelectual francesa, onde Braudel não seria mais do que herdeiro dos trabalhos de Michelet e Vidal de la Blache e, portanto, não haveria nada de original em sua leitura — além de recordar que a Alemanha possui uma diversidade natural (as *Länder*) que iguala ou mesmo supera a França das *provinces*. Do segundo, diz que os números de Braudel em torno de cinco milhões de fazendeiros neolíticos — o próprio Guilaine fala de duzentos a trezentos mil — inscreve-os no plano dos mitos engendrados pelas ideologias nacionalistas. Sua conclusão é uma só:

As alegações de diversidade e continuidade compartilham, contudo, uma estrutura comum. Elas deveriam ser lidas não como descobertas da história empírica, mas como pontos fixos da ideologia nacional. Todas as mitologias étnicas, tem sido apontado, têm um caráter territorial ou genealógico, traçando a identidade do grupo até uma locação original ou uma ancestralidade primordial.<sup>63</sup>

## NOTAS

\* Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, com Doutorado-*Sandwich* pela Universidade de Paris – Sorbonne. Professor Adjunto de Geografia no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da UFF.

<sup>1</sup> SAMUEL, Raphael (1980). “British Marxist Historians, 1880-1980: Part One”. *New Left Review*, nº 120, March/April, 21-96. Ver também HIMMELFARB, Gertrude (1987). *The New History and the Old*. Massachusetts: Harvard University Press. KAYE, Harvey J. (1989). *Los Historiadores Marxistas Británicos*. Zaragoza: Prensas Universitarias. Cf. SHARPE, Jim. (1992) “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 39-62

<sup>2</sup> Estamos falando sobretudo dos três primeiros artigos da coletânea *Sobre História*: “Dentro e fora da História” (1993), “O sentido do passado” (1970) e “O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?” (1984). Para citar uma passagem: “(...) movimentos nacionalistas modernos que quase podem ser definidos, nas palavras de Renan, como movimentos que esquecem a história, ou melhor, entendem-na mal, porque seus objetivos não encontram precedentes históricos, apesar disso insistem em defini-los, em maior ou menor grau, em termos históricos e, na verdade, tentam realizar partes dessa história fictícia. Isso se aplica mais obviamente à definição do território nacional, ou melhor, às pretensões territoriais (...)” HOBBSBAM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 28.

<sup>3</sup> RIBEIRO, Guilherme. *Espaço, tempo e epistemologia no século XX: a geografia na obra de Fernand Braudel*. Tese de Doutorado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 103-126)

<sup>4</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Por uma historiografia da reflexão”. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 56-60.

<sup>1</sup> FEBVRE, Lucien. “L’histoire dans un monde en ruines”. *Revue de Synthèse Historique*, n. 88, fév., 1920, 1-15.

<sup>5</sup> FEBVRE, Lucien “L’histoire économique et la vie: leçon d’une exposition”. *Annales HES*, 4, 13, 1932, 1-10. p.2-4

<sup>6</sup> FEBVRE, *op. cit.* 1998.

<sup>7</sup> AYMARD, Maurice. “O homem e o historiador”. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). *Fernand Braudel: Tempo e História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 19. Cf. Também ROMANO, Ruggiero. *Braudel y nosotros. Reflexiones sobre la cultura histórica de nuestro tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica. 1997, p. 8. AYMARD, Maurice. “Uma certa paixão pela França, uma certa ideia de história”. In: LACOSTE, Yves (org.). *Ler Braudel*. São Paulo: Papyrus, 1988, p. 63-77.

<sup>8</sup> Aguirre Rojas retrata as pretensões de Braudel para o estudo de seu país. O projeto incluía três tomos: I. A Identidade da França; II. O Nascimento da França; III. O destino da França. O tomo primeiro teria quatro partes: 1. Espaço e História; 2. Os Homens e as Coisas (Demografia e Economia Política); 3. O Estado, a Cultura, a Sociedade (Política, Psicologia e Sociologia); 4. A França fora da França (a dimensão internacional e a conclusão deste primeiro tomo) (AGUIRRE ROJAS, 2003a:127). Comentando esta parte 4, Braudel se expressa da seguinte forma: “Não seria esse um assunto tratado, até não mais poder, pela historiografia tradicional? É verdade, mas hoje não vemos mais as coisas com os mesmos olhos que ontem. (...) Quando me questiono sobre a identidade de nosso país, visto em prioridade através da espessura de seu passado, não seria a respeito da França de amanhã que me atormento e me interrogo?” BRAUDEL, Fernand (1989 [1986]). *Uma Lição de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. E também Braudel, F. *A Identidade da França: o Espaço e a História - Vol. 1*. São Paulo: Globo, 1989.

(BRAUDEL, 1989a:21 [1986]).

<sup>9</sup> (1989c [1986]). *A Identidade da França: os Homens e as Coisas - Vol. 3*. São Paulo: Globo.

<sup>10</sup> NOIRIEL, Gérard. *À quoi sert “l’identité nationale”?* Marseille: Agone. 2007, p. 70-2.

<sup>11</sup> No belo e oportuno *Conversas com historiadores brasileiros*, Fernando Novais lembra um caso que mostra um pouco porquê Braudel se opunha à Revolução Francesa como tema histórico: “Soboul conta que, quando era moço, aproximou-se de Braudel e falou que queria fazer uma tese sobre a Revolução Francesa, e Braudel respondeu: ‘ça n’existe pas’ (‘isso não existe’). (...) Por que Braudel disse aquilo? Porque ele estava empenhado na longa duração e revolução, por definição, é a curta duração e, conseqüentemente, não era um bom tema” (MORAES, José Geraldo Vinci de, REGO, José Márcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 129. Em 1985, Braudel assim a avaliara: “Quando éramos jovens, a Revolução Francesa representava um terreno de luta, o conflito essencial. Os ‘combatentes’ estavam ou de um lado ou de outro. Através de um trabalho sobre a Revolução Francesa, nós nos comprometíamos com uma certa concepção da França. Era um compromisso de ordem política, de ordem cultural. Hoje, parece-me, isso não existe mais. A Revolução Francesa, à medida que nos afastamos dela, perde sua influência, seu valor, seu poder de eco” BRAUDEL, 1989 op. cit, p. 133.

<sup>12</sup> BRAUDEL, Fernand. (1989b [1986]). *A Identidade da França: os Homens e as Coisas - Vol. 2*. São Paulo: Globo., p.15 grifo nosso.

<sup>13</sup> HOBBSBAM, op. cit., 1998, p. 17.

<sup>14</sup> Rememorando o período da prisão e suas conseqüências em seu entendimento da história, revela: “Nós, os vencidos, no caminho injusto de um cativo aberto de chofre, éramos a França perdida, como a poeira fina que o vento carrega de um monte de areia. A verdadeira França, a França de reserva, a França profunda ficava atrás de nós: sobrevivia, sobreviveu. E se

amanhã os homens não usarem sua diabólica força de destruição, ele sobreviverá a nossas inquietudes, a nossas existências, a uma história dramaticamente saturada pelo eventual; uma história perigosa, que a cada dia dança diante de nossos olhos como uma chama lampejante, angustiante, mas que passa... Desde essa época já distante, não parei de pensar numa França em profundidade, como que enterrada em si mesma, fluindo de acordo com os próprios declives de sua história secular, condenada a prosseguir custe o que custar. Desse fascínio nasceu o título ambíguo, ao qual pouco fui me acostumando” (BRAUDEL, 1989a *op. cit.* p. 19).

<sup>15</sup> BENJAMIN, Walter (1986 [1940]). Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 222-232.

<sup>16</sup> BRAUDEL, Fernand (1996b [1979]). *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 3: O Tempo do Mundo*. São Paulo: Martins Fontes. 1989, p. 153.

<sup>17</sup> (BRAUDEL, Fernand (dir.). *A Europa*. Lisboa: Terramar, p. 18-20.

<sup>18</sup> *idem*, p.18

<sup>19</sup> “Afirmo de uma vez por todas: amo a França com a mesma paixão exigente e complicada que a de Jules Michelet. Sem fazer distinção entre suas virtudes e seus defeitos ou entre aquilo que prefiro e aquilo que tenho dificuldade em aceitar. *Mas essa paixão não interferirá nas páginas deste trabalho*. Mantê-la-ei cuidadosamente afastada. Pode ocorrer que ela me envolva, que me surpreenda, de modo que a vigiarei bem de perto. E assinalarei, no meu percurso, minhas eventuais fraquezas. *Pois faço questão de falar sobre a França como se se tratasse de um outro país, de uma outra pátria, de uma outra nação (...)*. ‘Observador tão desprendido quanto possível, o historiador deve condenar-se a uma espécie de silêncio pessoal’” (BRAUDEL, 1989a:11 [1986], grifo nosso).

<sup>20</sup> BRAUDEL, Fernand. “L’histoire à la recherche du monde”. In: AYALA, Roselyne de, BRAUDEL, Paule (orgs.). *Les ambitions de l’histoire*. Paris: Éditions de Fallois, 1997, p. 51-67.

<sup>21</sup> BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes.1989, p. 18-19.

<sup>22</sup> O que para nós não é mais que uma das inúmeras metáforas utilizadas por Braudel a fim de explicar, de modo menos teórico possível, sua concepção de história e de tempo, no entendimento peculiar de Aguirre Rojas tal passagem pode ser comparada com a dupla temporalidade oriental — referente a um tempo sagrado e a um tempo profano. AGUIRRE ROJAS, *Tempo, Duração e Civilização: Percursos Braudelianos*. São Paulo: Cortez. 2001, p. 32-38).

<sup>23</sup> Embora esta relação possa mesmo ser considerada algo isolado dentro da reflexão geral braudeliana, tivemos dificuldade em explicar a um aluno do curso de graduação em História como um pesquisador dos aspectos materiais e econômicos do capitalismo (que, de certa forma, deixou de lado a tradição dos primeiros *Annales* em torno da História das Mentalidades) exprimiu-se dessa maneira. Torna-se mais difícil ainda compreendê-la quando sabemos de sua recusa aos apriorismos de qualquer espécie, bem como sua posição

pessoal que, embora reconhecesse o poder do Cristianismo como estrutura de pensamento, era agnóstica.

<sup>24</sup> Embora Braudel tenha sido cativo do exército alemão (regido pela Convenção de Genebra) e não dos nazistas.

<sup>25</sup> REIS, José Carlos. *Escola dos Annales — a Inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.35.

<sup>26</sup> REIS, José Carlos (1994). *Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática., 1994, p. 28

<sup>27</sup> BRAUDEL, *op. cit.* 1992, p. 358.

<sup>28</sup> *ibidem*, p. 372, grifo nosso.

<sup>29</sup> “Vivi muito na África do Norte e tenho uma ternura espontânea tanto pelos motoristas de táxi parisienses quanto pelos intelectuais da Argélia, de Marrocos ou da Tunísia e que, parece-me, contribuem tanto para a França. Mas eu não gostaria que houvessem *beurs* (argelinos nascidos na França) que não quisessem prestar o serviço militar e continuassem a exigir ao mesmo tempo os mesmos direitos que os cidadãos franceses, pois essa é uma maneira muito peculiar de integrar-se. Isso me irrita extremamente. Que haja muçulmanos instalados na França, muito bem, mas não tolero os integristas. Compreendam-me: temo que alguns imigrantes levem, para serem assimilados, cinquenta, sessenta, até cem anos” (BRAUDEL, 1989:137 [1986]).

<sup>30</sup> DAIX, Pierre. *Fernand Braudel: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 634.

<sup>31</sup> Nesse filão, duas coleções se destacam: *Les lieux de mémoire*, dirigida por Pierre Nora em três grossos volumes — “La République” (1984), “La Nation” (1986), “Les France” (1992) — ; e *Histoire de la France* (1989), dirigida por André Burguière e Jacques Revel, que engloba os volumes “L’espace français”, “Héritages”, “Choix culturels et Mémoires”, “La longue durée de l’État” e “Les Conflits”. A confluência em torno da nação é mesmo algo notório na França de então: em 1983, Lévi-Strauss está à frente de um livro sintomaticamente batizado como *L’identité* e, em 1984, Pierre Goubert redigia *Initiation à l’histoire de France*. Este último declarava, sem maiores rodeios, querer “contribuir a uma retomada do conhecimento e da consciência de uma pátria” (REVEL, Jacques. “Préface à l’Histoire de la France”. In: REVEL, Jacques. *Histoire de la France. L’espace français*. Paris: Seuil, 2000, p. 7-31. Ver também DOSSE François. *A História à prova do tempo. Da História em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp. 2001, p. 31.

<sup>32</sup> BRAUDEL, *op. cit.* , 1992, p. 394.

<sup>33</sup> No texto introdutório à coletânea *Les lieux de mémoire*, Nora está convencido de que “Os dois grandes temas de inteligibilidade da história, ao menos a partir dos tempos modernos, progresso e decadência, exprimiam bem esse culto da continuidade, a certeza de saber a quem e a o que devíamos o que somos. Donde a imposição da ideias das ‘origens’, forma já profana da narrativa mitológica, mas que contribuía para dar a uma sociedade em via de laicização nacional seu sentido e sua necessidade do sagrado. Mais as origens

eram grandes, mais elas nos engrandeciam. Porque venerávamos a nós mesmos através do passado. É esta relação que se quebrou”. NORA, Pierre. “Entre Memória e História. A problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo (10), dez., 1993, p. 7-28. Será que após *L'Identité de la France* ele manteria a postura de que a veneração de uma nação por intermédio de seu passado havia sido efetivamente rescindida?

<sup>34</sup> BRAUDEL, *op. cit.* 1989, p. 15.

<sup>35</sup> O evidente distanciamento que temos em relação ao passado vira, em Braudel, justificativa legítima e inconteste para a isenção do historiador. “O presente depende de uma observação científica. Mas, por causa de nós mesmos, o presente ‘objetivo’ tende a se esquivar. Tanto mais que as ‘ciências’ sociais são ainda imperfeitas, correndo o risco de assim permanecer ainda por muito tempo. Como, então, manter a moral afastada? Ela intervém, espontânea e logicamente no próprio campo da observação. Em matemática, evidentemente, não há moral. Em física, há apenas algumas zonas perigosas, se bem que muito perigosas. Em biologia, a moral não pára de resmungar, e não vai parar de fazê-lo. *Nas ciências sociais é ainda pior: ela levanta a voz, sobretudo se cometermos a imprudência de abordar o atual ou o ‘futurável’*. *A história de ontem ainda passa! A história de hoje, ou a de amanhã, cada qual pensa que tem o que dizer a respeito*. A moral, as nossas morais se fazem presentes. Não conseguirei enxotá-las. Tentarei, no máximo, mantê-las no seu lugar” (BRAUDEL, 1989, *op. cit.* p. 153.

<sup>36</sup> BRAUDEL, 1989, *op. cit.* p.136.

<sup>37</sup> *Idem*, p.136-137.

<sup>38</sup> No bojo da crítica de Mignolo e suas proposições acerca da *epistemologia territorial* e da *colonialidade do conhecimento*, o papel político da língua é crucial. Ela “envolve o problema da formação do cânone, a forma como os valores nacionais e ocidentais vêm sendo entrelaçados para produzir mapas linguísticos, geografias históricas e paisagens culturais do sistema mundial colonial/moderno dentro de sua lógica interna (por exemplo, conflitos imperiais) e em suas fronteiras externas (por exemplo, conflitos com ‘outras’ culturas; a diferença colonial)”. Mais adiante, quase como que respondendo a Braudel, acrescenta: “É o próprio conceito de literatura, como as conceitualizações filosóficas e políticas da língua, que deveria ser deslocado da ideia de objetos (isto é, gramática da língua, obras literárias e história natural) para a de linguajamento como prática cultural e luta pelo poder. A expansão colonial e as heranças coloniais, no sistema mundial moderno e na dupla face da modernidade/colonialidade, criaram condições para se inventar um discurso sobre línguas que situa o linguajamento das potências coloniais acima de outras práticas linguísticas e culturais” MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 305, 310.

<sup>39</sup> (BRAUDEL, 1989, *op. cit.* p.180.

<sup>40</sup> *idem*, p.181, grifo nosso)

<sup>41</sup> *ibidem*, p.181-83)

<sup>42</sup> BRAUDEL, 1989, *op. cit.* p.389.

<sup>43</sup> Além de coordenar um livro intitulado *L'Europe*, Braudel assinaria nele dois artigos eminentemente geográficos sobre o “Velho” Continente (BRAUDEL, 1982).

<sup>44</sup> No volume 2 do livro 1 d’*O Capital*, o processo é visto de maneira totalmente oposta: “As descobertas de ouro e prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva” MARX, Karl. *O Capital (Livro 1, Volume 2)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 868.

<sup>45</sup> Subscrevendo a análise de Mignolo, “É uma armadilha fingir e pretender, em países do Terceiro Mundo ou em países que ainda sofrem as consequências das heranças coloniais, praticar ciências sociais da mesma forma que na Alemanha ou nos Estados Unidos. Contudo, e a despeito de condições materiais difíceis, existe sempre o chamado à reflexão. Assim, *a questão contundente aqui é transcender a cultura do conhecimento na qual se encaixam estruturas sociais e econômicas de subordinação e dominação (...)*” (MIGNOLO, 2003:287 [2000], grifo nosso). Uma coisa é certa: uma apreciação séria dos fatores que levaram a Europa ao “centro” do mundo e o mundo inteiro a acreditar que não passava de sua “periferia” deve começar, obrigatoriamente, pela *historiografia* — tomada não como um espaço de polêmicas epistemológicas onde o que interessa é reconhecer correntes, conceitos e autores principais, mas sim como um espaço atravessado por interesses políticos em prol da criação e legitimação científica de determinadas visões de mundo. Sobre os laços envolvendo as Ciências Sociais e o eurocentrismo, vide, entre outros, LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO. 2005. WALLERSTEIN, Immanuel. “Immanuel Wallerstein, ‘El eurocentrismo y sus avatares: los dilemas de las ciencias sociales’”. *New Left Review* 0, enero-febrero, 2000, p. 93-107.

<sup>46</sup> BRAUDEL, *op. cit.* 1989b, p. 151, grifo nosso.

<sup>47</sup> BRAUDEL, *op. cit.* 1996b, p. 496.

<sup>48</sup> SAHLINS, Peter “Reviewed Work: ‘The Identity of France. Volume 1: History and Environment’”. *The Journal of Modern History*, Vol. 63, No. 2, Jun. A Special Issue on Modern France, 1991, p. 379.

<sup>49</sup> BRAUDEL, *op. cit.* 1989, p.131.

<sup>50</sup> DAIX, *op. cit.* 1999, p. 38-44.

<sup>51</sup> NORA, *op. cit.* 1993, p. 9.

<sup>52</sup> REIS, 1994, *op. cit.* p. 92-99.

<sup>53</sup> AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio (2000). *Os Annales e a Historiografia Francesa: tradições críticas de Bloch a Foucault (1921-2001)*. Maringá: Eduem, 2003, p. 121-35. e AGUIRRE ROJAS, *Fernand Braudel e as Ciências Humanas*. Londrina: Eduem, 2003.

- <sup>54</sup> ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: Teoria e Método*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 175-208; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru: Edusc, 2005.
- <sup>55</sup> FOSTER & WOOD, *op. cit.*
- <sup>56</sup> ANDERSON, Perry. *O fim da História: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- <sup>57</sup> HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A Mobilidade das Fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- <sup>58</sup> BRAUDEL, *op. cit.* 1989, p. 13.
- <sup>59</sup> GEMELLI, Giuliana (1995). *Fernand Braudel*. Paris: Odile Jacob, 1995, p. 364-367.
- <sup>60</sup> Ainda na esfera da ironia, não é que no fim da vida Braudel repudiaria, de modo flagrante, a interdisciplinaridade praticada pelos primeiros *Annales*, não hesitando em declará-los como imperialistas? “Na época de Bloch e Febvre, o grande problema era o de assimilar à história todas as ciências do homem que a rodeavam, o de anexá-las à história, inclusive ao preço de transformá-las em ciências auxiliares. Havia em Febvre e Bloch um imperialismo iniludível, um projeto de colonização das ciências do homem: economia, geografia, sociologia etc. Eu não tenho o mesmo ponto de vista que eles. Para mim, o problema não é o de assimilar as ciências do homem à história, mas antes o de assimilar a história às ciências do homem. O que é mais importante: criar uma espécie de intercência que abarcará a história e todas as outras ciências” (BRAUDEL *apud* AGUIRRE ROJAS, 2000:97).
- <sup>61</sup> Noiriel, *op. cit.*, 2007, p. 73.
- <sup>62</sup> ZELDIN *apud* ANDERSON, *Zona de Compromisso*. São Paulo: Unesp, 1996, p. 158.
- <sup>63</sup> ANDERSON, P. *Zona de Compromisso*. São Paulo: Unesp, 1996, p. 137-41.